

O QUE FIZEMOS DA NOSSA LIBERDADE

**JOAQUIM
VIEIRA**

**50 anos de
democracia
em Portugal**

Acontecimentos, personagens, situações, tendências na política,
na economia, na sociedade, na cultura e no desporto



ÍNDICE

PREÂMBULO		9
INTRODUÇÃO	O significado da III República	11
CAPÍTULO I	O primado da ideologia (1974-1976)	19
CAPÍTULO II	O primado da política (1976-1980)	59
CAPÍTULO III	O primado da revisão (1981-1983)	79
CAPÍTULO IV	O primado da integração (1983-1985)	95
CAPÍTULO V	O primado da economia (1985-1989)	121
CAPÍTULO VI	O primado da estabilidade (1990-1995)	151
CAPÍTULO VII	O primado da convergência (1996-2001)	181
CAPÍTULO VIII	O primado das finanças (2002-2005)	209
CAPÍTULO IX	O primado da modernização (2005-2009)	231
CAPÍTULO X	O primado da dívida (2009-2011)	257
CAPÍTULO XI	O primado da austeridade (2011-2015)	275
CAPÍTULO XII	O primado da geringonça (2015-2019)	315
CAPÍTULO XIII	O primado da bazuca (2020-2024)	357
EPÍLOGO	Balanço e contas	421
GRÁFICOS		435
<i>Siglas e abreviaturas</i>		445
<i>Índice onomástico</i>		451
<i>Bibliografia consultada</i>		459
<i>Créditos das imagens</i>		463

PREÂMBULO

Este livro é uma extensão da obra *De Abril à Troika — Quatro décadas de democracia que transformaram Portugal*, que publiquei, também pela Objectiva, para assinalar os quarenta anos do 25 de Abril. Não me limitei a acrescentar a narrativa dos últimos dez anos, mas revi ainda o texto da anterior edição para lhe juntar novos elementos, preencher algumas lacunas e proceder a uma ou outra retificação (talvez também porque a minha visão de certas ocorrências pode ter evoluído).

Como aqui se diz a páginas tantas, os Portugueses devem ao 25 de Abril não só o mais extenso período de paz que conheceram em toda a sua longa história como o único que puderam viver em plena liberdade e democracia. São razões mais que justificáveis tanto para celebrar a data todos os anos como para fazer o balanço regular do que aconteceu depois dela, ou seja, avaliar e refletir sobre como usámos a liberdade há tanto ansiada e — passa agora meio século — tão efusivamente festejada. Contudo, porque nem tudo foi um mar de rosas e muita coisa se encontra longe do que todos sonhámos e ambicionámos, temos o dever de o fazer com um olhar crítico para o que foram estes tempos da nossa modernidade — em que o novo regime já cometeu o feito de suplantar, em longevidade, a asfíxiante ditadura que o antecedeu. Daí a razão deste novo cometimento.





INTRODUÇÃO

O significado da III República

Imagem da p. 10: Sessão inaugural da Assembleia Constituinte,
a 2 de junho de 1975.

Olhando para os quase nove séculos da história de Portugal, não se encontra tão longo período de estabilidade como o que se seguiu à normalização democrática decorrente do 25 de Abril de 1974. São já perto de 50 anos sem guerras, insurreições, tentativas violentas de tomada do poder ou assassínios de estadistas. Foi também a época em que o envolvimento democrático da população nas grandes opções, tanto a nível nacional como local, atingiu o pleno — o que nunca antes tivera concretização, dadas as muitas limitações levantadas à participação eleitoral.

Tudo isto fez do atual regime uma fase muito especial na existência de um dos mais antigos países europeus. Não se trata, naturalmente, do fim da História, no sentido em que já não haveria mais alterações significativas ou até, quiçá, mudanças de sistema político, mas chegou-se, sem dúvida, ao momento mais avançado que Portugal alguma vez conheceu quanto à sua estrutura, organização e modo de funcionamento.

Apesar de muitos designarem o regime como II República, que de alguma forma daria continuidade à I República, de 1910, interrompida pela ditadura militar instaurada em 28 de maio de 1926, considerar-se-á nestas páginas que nos encontramos na III República Portuguesa. Com efeito, o período intermédio, moldado pela Constituição de 1933, era também, do ponto de vista formal, uma república (como tal designada, aliás, nesse mesmo articulado constitucional), sem chefias hereditárias ou indigitadas e com atos eleitorais regulares — tão condicionados quanto manipulados, é certo — para escolha de uma Assembleia Nacional e de um presidente da República.

Contrapõe-se a este argumento que o autointitulado «Estado Novo» funcionou, para todos os efeitos, como uma ditadura, o que é inegável, mas ditaduras foram também, ao longo de grande parte do século XX, diversas repúblicas latino-americanas e todas as do antigo Pacto de Varsóvia — prova de que o critério da democracia não tem servido para aferir da definição básica de uma república.

A III República constituiu a rutura mais radical da orientação estratégica de Portugal ao fim de cinco séculos e meio em que o país desenvolveu uma vocação marítima e colonizadora. O 25 de Abril, desencadeado em sequência de uma longa guerra colonial a que veio a pôr cobro, implicou o abandono do Império Português, com a ascensão das colónias à independência e a viragem do país em direção a uma Europa para a qual, apesar da influência política e cultural que dela recebeu ao longo dos tempos, estivera de costas voltadas durante mais de metade da sua existência como nação independente. Só isto será suficiente para dar a ideia das profundas consequências históricas da revolução portuguesa.

Para enaltecer as virtualidades do novo regime é usual fazer-se a comparação do bem-estar da população entre o Estado Novo e a III República. Há que compreender, no entanto, que a sociedade portuguesa, apesar de tudo, também evoluiu nos tempos da ditadura, pelo que os índices de desenvolvimento social não estiveram estagnados nesse período. O analfabetismo no seio da população portuguesa, por exemplo, desceu de forma constante de 61,9% em 1930 para 25,6% em 1970 (e para 18,6% em 1981 e 3,1% em 2021 — ver gráfico 10). Noutro campo, a taxa de mortalidade infantil até um ano de idade (ver gráfico 7), que era de 143,6 óbitos por 1000 partos em 1930, passou para 44,8 óbitos por 1000 partos em 1973 (e para 21,8 em 1981 e 2,6 em 2022). Quanto à esperança média de vida à nascença — também um indicador fiável de prosperidade —, evoluiu de 44,8 anos para os homens e de 49,2 anos para as mulheres em 1930 para, respetivamente, 64,5 anos e 70,6 anos em 1973 (e para 68,2 anos e 75,2 anos em 1981, 77,2 anos e 83,1 anos em 2013 e 78,1 anos e 83,5 anos em 2021 — ver gráfico 8).

Isto para verificar que nestes aspetos, como em muitos outros, a situação tinha tendência para melhorar mesmo com a continuação

da ditadura, se bem que, considerando períodos equivalentes à volta de quarenta anos, a evolução positiva dos números viesse a ser mais acentuada na III República.

Aliás, em determinadas áreas económicas os índices do Estado Novo foram até mais favoráveis do que os da III República, como no que respeita ao emprego ou à variação do Produto Interno Bruto (PIB) — ou seja, da produção de riqueza — que, nos últimos dez anos da ditadura, atingiu recordes jamais alcançados em democracia (ver gráfico 14). O que permitiu mesmo ao derradeiro governo do anterior regime começar a introduzir um embrião de Estado social (então designado «Estado-providência») — conceito tão caro aos princípios básicos do que seria o novo sistema político.

No entanto, é um facto que foi a III República a garantir à população uma rede de apoio mínimo que erradicou as manchas de pobreza extrema herdadas do Estado Novo, as condições sanitárias deploráveis ou inexistentes, os bairros de lata ou a subsistência em bases caritativas, para já não falar de um Serviço Nacional de Saúde (SNS) de vocação universal e «tendencialmente gratuito».

Todavia, uma vez que, neste domínio, o 25 de Abril apenas acelerou tendências já existentes, não terá sido aí que mais se fez notar a diferença de um regime para outro. A mudança mais sensível — radical, mesmo — registou-se no plano dos direitos e das liberdades, sobre o qual não existia qualquer sinal de abertura no Estado Novo, com a sua polícia política, omnipresente e violenta, o seu tribunal especial para julgamento de «crimes contra a segurança do Estado» (tudo o que era oposição ao governo), o seu partido único, o seu aparelho censório na comunicação social, nas letras e nas artes ou os seus rígidos códigos de subserviência perante as hierarquias. O contraste trazido pelo desaparecimento da ditadura foi de tal ordem que, para aqueles que não viveram essa época, torna-se difícil, se não mesmo impossível, imaginar um quotidiano sujeito a tão severas restrições.

O direito à liberdade de associação, de formação de partidos políticos, de expressão pública do pensamento, de debate de ideias e de ida às urnas eleitorais (tanto de candidatos como de votantes), abrangendo todos

os cidadãos, constituiu uma das mais profundas, significativas e persistentes novidades introduzidas pelo 25 de Abril.

As liberdades também se fizeram sentir nos comportamentos e costumes sociais: a liberdade de dar um simples beijo apaixonado na via pública, a liberdade das mulheres casadas, emancipadas por fim da tutela dos maridos, a liberdade do divórcio, a liberdade de ter filhos sem matrimónio que não fossem considerados «ilegítimos», mais tarde a liberdade de interrupção da gravidez — tudo práticas impensáveis no regime fundado por António de Oliveira Salazar e continuado, nos seus anos finais, por Marcello Caetano, onde a lei se confundia com a moral de uma religião católica dominante.

Estas são razões para olhar mais em pormenor a aventura deste meio século de democracia, nas suas conquistas e triunfos, mas também nas suas desilusões — que as houve, sobretudo quanto à incapacidade para assegurar aos Portugueses todas as promessas anunciadas.





CAPÍTULO I

O primado da ideologia (1974-1976)

Imagem da p. 18: Civis e militares na celebração do primeiro
1.º de Maio em liberdade, em Lisboa, em 1974.

A REVOLUÇÃO FELIZ

Os capitães de Abril estavam longe de imaginar que, com a ousadia do seu golpe de Estado, iriam desencadear uma revolução. Apeada a ditadura a 25 de Abril de 1974, esperavam certamente uma transição obediente e tranquila para um regime democrático, de contornos que, porém, se encontravam nesse dia ainda demasiado vagos nas suas cabeças.

O programa do «movimento dos capitães», transformado em Movimento das Forças Armadas (MFA) mês e meio antes do golpe, apontava como causa da rebelião o impasse do anterior regime na condução de uma guerra colonial em África (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique) que durava há treze anos e não tinha fim à vista (recaindo o ónus do conflito sobretudo nos militares) e desde logo estabelecia que a solução da «grande crise nacional que Portugal atravessa» teria de ser alcançada pela «via democrática». Revisto e subscrito pelo general António de Spínola — o oficial superior que os insurretos escolheram para presidente de uma Junta de Salvação Nacional (JSN, composta por sete oficiais generais) e primeiro chefe do novo Estado —, o documento não falava contudo em descolonização, apenas no «reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar» e na busca de uma saída «que conduza à paz».

No plano interno, apesar de anunciar o desmantelamento das estruturas que sustentavam o salazarismo e de prometer «a convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal directo e secreto», o programa não ia ao ponto

de autorizar a criação de partidos, mas apenas de «“associações políticas”, possíveis embriões de futuros partidos políticos».

A transição para o futuro regime constitucional seria assegurada por um «Governo Provisório Civil», com as características de um gabinete de gestão a não ser em dois aspetos, nos quais se notava uma clara inspiração de esquerda: «Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, [...] o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista», e «uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade da vida de todos os Portugueses». O MFA prometia abandonar o poder logo após a eleição pelos cidadãos de uma assembleia legislativa e de um presidente da República, dissolvendo-se a JSN e regressando os militares aos quartéis. Contudo, o documento não previa prazo para a duração desse «período de exceção».

Ainda não se falava dos três D («democratizar, descolonizar, desenvolver»), o *slogan* que viria depois a ser usado para sintetizar o essencial das intenções do MFA (e que era, aliás, ao que tudo indica, adaptado de uma tese enviada pelo então exilado José Medeiros Ferreira ao III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro cerca de um ano antes). Por outro lado, se o programa dos militares consagrava algum verbo acima de qualquer outro não era nenhum destes, mas sim «libertar» — o que, aliás, os Portugueses quiseram desde logo tomar à letra.

O que surpreendeu de imediato, tanto em Portugal como além-fronteiras, foi, por um lado, a rapidez e a facilidade com que a ditadura colapsou às mãos dos capitães, sem que tivesse havido um único combate, e, por outro, a imediata adesão popular, espontânea, jubilosa e festiva, ao derrube de uma ditadura de quase meio século, como se aquela fosse de facto a madrugada libertadora há muito esperada, para glosar o célebre poema que a escritora Sophia de Mello Breyner Andresen dedicaria ao 25 de Abril. O MFA triunfava tranquilamente ao cabo de apenas um dia, no mesmo ponto onde inúmeras conspirações e intencionas haviam fracassado ao longo dos anteriores 48 anos.

A circunstância de, entre os pilares institucionais do Estado Novo, apenas a polícia política (Direcção-Geral de Segurança, ex-PIDE — Polícia Internacional e de Defesa do Estado) ter esboçado a intenção de prolongar a resistência (causando as únicas fatalidades do golpe, quando os seus agentes dispararam indiscriminadamente sobre a multidão de populares que os cercava na sede) evidenciou a putrefacção de um regime que já nada dizia aos Portugueses (apesar — sublinhe-se — da aparente apatia ou resignação que antes exibiam).

A característica pacífica e popular do 25 de Abril haveria de criar uma marca para os meses e os anos seguintes de exercício do poder político em Portugal. Para já, a dinâmica da rua importava aos militares decisões que não previam e um ritmo de eventos que não esperavam. A começar pela libertação dos presos políticos: o MFA estabelecera no programa que não saíam das prisões aqueles que também estivessem acusados de delitos comuns, mas não foram precisas muitas horas para que nenhum permanecesse atrás das grades.

O NOVO QUADRO POLÍTICO

De maior alcance foi o sucedido com a legalização dos partidos políticos, em relação à qual os militares também não tiveram a força — ou sequer a vontade — para manter as restrições iniciais. Desde logo, os militantes e simpatizantes impuseram a presença no espaço público dos partidos da oposição ao Estado Novo — Partido Comunista Português (PCP), já com mais de meio século de existência, tendo resistido na clandestinidade às mais implacáveis investidas da ditadura, e Partido Socialista (PS), fundado apenas cerca de um ano antes — a partir do momento em que os seus líderes — respetivamente Álvaro Cunhal e Mário Soares (ambos licenciados em Direito) —, ainda antes do fim do mês, regressaram do exílio parisiense onde se encontravam. Também os diversos grupos da extrema-esquerda — muito ativa nos últimos anos de ditadura em virtude, sobretudo, da clara insatisfação da juventude — saltaram para a luz do dia em permanentes manifestações onde se exigiam as medidas mais radicais.

Mais à direita, anunciou-se entretanto a fundação de novos partidos, com destaque, a 6 de maio, para o Partido Popular Democrático (PPD, futuro Partido Social Democrata — PSD), sob a liderança do advogado portuense Francisco Sá Carneiro e com base nos antigos deputados da «ala liberal» (como o próprio), que nas eleições de 1969 se tinham candidatado pelas listas do partido do regime, confiados nas promessas de abertura feitas por Marcello Caetano pouco depois de suceder a Salazar (mas que, no escrutínio seguinte, em 1973, já se encontravam marginalizados e convictos de que o Estado Novo era irreformável). À semelhança dos partidos da antiga oposição e da maioria dos membros do MFA, também Sá Carneiro, nos meses seguintes, viria a reclamar-se do «socialismo». Esta atitude refletia a intensa pressão então existente sobre civis e militares para que o exercício da política se situasse exclusivamente à esquerda, estigmatizando-se outros posicionamentos como suspeitos de complacência (ou até cumplicidade) com a ordem anterior.

Esquecendo as suas disposições iniciais o MFA não tardou a tolerar os partidos, a ponto de, em meados de maio, por alturas da formação do I Governo Provisório, dirigido pelo professor de Direito Adelino da Palma Carlos, os militares terem aceitado no elenco a presença dos líderes do PS, do PPD e do PCP em nome das respetivas formações e ainda do economista Francisco Pereira de Moura com funções de representação do Movimento Democrático Português-Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE, oriundo também da fase final da ditadura e muito próximo dos comunistas).

Perante um leque partidário demasiado acentuado à esquerda, alguns dos oficiais e políticos mais moderados, apreensivos com este desequilíbrio, estimularam o surgimento de outro partido numa área mais conservadora ou democrata-cristã: o Centro Democrático Social (CDS), criado a 19 de julho sob a presidência de Diogo Freitas do Amaral, que faria 33 anos dois dias depois e tinha como braço-direito o engenheiro civil Adelino Amaro da Costa, ainda mais jovem. Professor de Direito e, na qualidade de jurista, colaborador pouco comprometido com o regime deposto, Freitas do Amaral era membro do Conselho de Estado criado após o 25 de Abril para assessorar o presidente Spínola.

O PODER DO MFA

Por esta altura — em que os Portugueses saboreavam as delícias da liberdade, celebrando a extinção da censura ao consumirem os filmes, as peças teatrais, as músicas e os livros a que nunca tinham tido acesso, mas também reclamando e reivindicando de forma desenfreada, pois haviam deixado de ser reprimidos por isso —, já o I Governo Provisório fracassara, ao fim de menos de dois meses de existência. Foi depois de Palma Carlos, a pretexto de abreviar a anarquia que começava a tomar conta das ruas, ter tentado uma manobra de reforço dos poderes de Spínola (e também do próprio chefe do executivo), que foi rejeitada tanto pela maioria dos partidos representados no gabinete (à exceção do PPD, pela voz de Sá Carneiro) como pela poderosa e influente Comissão Coordenadora (CC) do MFA.

Para chefiar o II Governo Provisório foi a mesma CC do MFA (e não Spínola) a escolher um dos seus membros, o coronel Vasco Gonçalves. Além dele, o novo executivo (que mantinha os representantes dos mesmos partidos, mas com Sá Carneiro a dar lugar a Joaquim Magalhães Mota, também advogado, ex-membro da ala liberal e fundador do PPD) contava com a participação de outros responsáveis do MFA, como o tenente-coronel Manuel da Costa Braz, os majores Ernesto Melo Antunes, Vítor Alves e José Eduardo Sanches Osório e o capitão José da Costa Martins.

Neste aspeto, verificava-se que o MFA recuava noutra das garantias asseguradas no seu programa: a de que o governo provisório seria civil. Na verdade, eram os militares ligados ao Movimento que predominavam no novo gabinete e que, deste modo, definiam a sua orientação política. Mas este era também um afloramento do fosso progressivo que se cavava entre o presidente Spínola e os oficiais intermédios que na realidade tinham tomado a iniciativa de derrubar a ditadura. Aliás, tal afastamento tornara-se já público a 13 desse mês na cerimónia de posse do líder operacional do golpe do 25 de Abril, o major graduado em brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, como comandante-adjunto (e chefe de facto) de uma nova estrutura militar de segurança, o Comando Operacional do Continente (COPCON), que no seu discurso fez questão de salientar ter

a queda do anterior regime sido da responsabilidade de jovens tenentes, capitães e maiores, não de oficiais generais.

Contudo, foi no delicado capítulo da descolonização que mais explícito se revelou o confronto entre Spínola e o MFA. Sendo a Guerra Colonial a pedra-de-toque do movimento dos capitães, foi também o centro da reivindicação dominante surgida com o 25 de Abril. A promessa de uma solução pacífica contida no programa do MFA foi logo transformada na exigência do fim imediato da guerra. Nas ruas da capital, sucessivas manifestações da extrema-esquerda gritavam a palavra de ordem «Nem mais um só soldado para as colónias», criando dificuldades ao contínuo embarque de tropas para manter a permanência e a rotatividade da presença militar portuguesa em África. Na frente (onde, entre as Forças Armadas portuguesas, ainda se registaram múltiplas baixas mortais após o 25 de Abril), a proclamação do MFA foi interpretada como o fim da guerra e muitos soldados recusaram-se a combater, desenvolvendo até iniciativas de colaboração com as guerrilhas nacionalistas. Criara-se de facto, em Lisboa, um ambiente psicológico que tornava virtualmente impossível continuar a sustentar o combate nas colónias.

Por outro lado, embora não o assumindo antes, é bem possível que os chefes do MFA já tivessem, quanto à questão colonial, ideias diferentes das de Spínola, que no seu livro *Portugal e o Futuro* — publicado em fevereiro de 1974 e peça crucial no desencadeamento do golpe dos capitães, por constatar que a guerra não podia ser ganha militarmente e carecia de solução política — advogava uma solução federalista para o Império Português, mantendo Lisboa todos os territórios na sua órbita.

Com efeito, no primeiro encontro entre as novas autoridades portuguesas e a liderança da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique — o movimento de guerrilha deste território), realizado a 6 de junho em Lusaca, Otelo Saraiva de Carvalho tomou a iniciativa de reconhecer aos interlocutores o direito a representarem o povo moçambicano e à independência da colónia em vez de se restringir à mera negociação de um cessar-fogo, único objetivo para o qual a delegação lusa estava mandatada por Spínola. Esta atitude prematura levou o chefe da missão portuguesa, Mário Soares (que sobraçava então a pasta dos Negócios

Estrangeiros), a suspender as negociações e a regressar logo a Lisboa. No Palácio de Belém, perante o ministro socialista, Spínola repreendeu, exasperado, Otelo Saraiva de Carvalho pela sua atitude, ao que o comandante do COPCON terá reagido com indiferença — sinal de que as cartas estavam a ser dadas pela CC do MFA mais do que pelo presidente.

A evidência desta supremacia veio a público a 27 de julho com a publicação da Lei 7/74, que a CC levou Spínola a assinar, para esclarecer que «o princípio de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar [...] implica, de acordo com a Carta das Nações Unidas, o reconhecimento por Portugal do direito dos povos à autodeterminação», o que «inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos». O próprio presidente discursou nesse dia para justificar a promulgação do diploma e o abandono das suas anteriores teses federalistas e para «reiterar solenemente o reconhecimento do direito dos povos dos territórios ultramarinos portugueses à autodeterminação, incluindo o imediato reconhecimento do seu direito à independência», mas no dramatismo das suas palavras adivinhava-se quão difícil fora chegar até esse ponto.

O COMBATE FALHADO DE SPÍNOLA

Saber-se-á que Spínola abandonou as pretensões quanto à Guiné-Bissau (de que fora governador em plena Guerra Colonial e cujo movimento nacionalista, o PAIGC — Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde —, proclamara unilateralmente a independência no ano anterior) e Moçambique, colónias onde a guerrilha estava mais forte, mas que tudo fez para protelar o processo angolano, através da criação de um governo provisório do território, com vista a elaborar um plano de autodeterminação que duraria alguns anos. Sendo o mais vasto dos territórios coloniais portugueses, Angola era também o mais rico e desenvolvido e aquele onde existia mais população de origem europeia. A presença no terreno, não de um movimento de guerrilha — como na Guiné e em Moçambique — mas de três — FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e UNITA

(União Nacional para a Independência Total de Angola) —, também servia de pretexto para o protelamento de um eventual ato de negociação da independência.

O presidente da JSN tentou defender o seu projeto através de múltiplos contactos diplomáticos, como em encontros com os presidentes dos EUA, o republicano Richard Nixon (à beira da demissão devido ao seu envolvimento no escândalo Watergate, provando-se que encobrira um assalto à sede do rival Partido Democrata para a instalação de um sistema de escutas), e do Zaire, Mobutu Sesse Seko.

No entanto, era outro o ponto de vista do MFA, que almejava encurtar o processo de transição de poderes para os nacionalistas africanos. A revolta espontânea da população branca de Lourenço Marques (futura Maputo) a 7 de setembro, no mesmo dia em que foram assinados os Acordos de Lusaca entre o governo português e a FRELIMO — marcando, para junho do ano seguinte, a data da independência de Moçambique sob a liderança do movimento de guerrilha, sem a auscultação prévia da população ou a salvaguarda dos seus interesses materiais —, foi reprimida pelo Exército português à custa de talvez uma centena de mortos (ou mais, já que os números nunca foram apurados com rigor), mas expôs de forma cruel as insuficiências do processo descolonizador que Portugal encetara.

O principal visado pelos revoltosos de Lourenço Marques era Mário Soares que, mais uma vez, chefiava a delegação portuguesa a Lusaca, mas em causa estava também a maneira expedita como o MFA procurava acelerar a entrega das colónias africanas aos grupos nacionalistas. Na verdade, o confronto ideológico que se desenrolava em Lisboa no verão de 1974 parecia sobretudo dividir os militares, opondo Spínola à CC do MFA, com os políticos civis mais na plateia do que como atores.

O presidente entendera já antes congregar mais forças à sua volta através de uma série de alocações proferidas em visitas pelo país nas quais, a partir da posse do II Governo Provisório, começara a apelar ao apoio da «maioria silenciosa» dos Portugueses (expressão usada também por Palma Carlos quando ainda era primeiro-ministro, retomada curiosamente de um antigo discurso de Nixon).

O QUE FIZEMOS DA NOSSA LIBERDADE

50 anos de democracia em Portugal

As eleições de 10 de março de 2024, quase coincidindo com as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, têm sido vistas como o encerramento de um ciclo de meio século da recente história de Portugal. Vale, por isso, a pena olhar com atenção para este período em que os Portugueses viveram, pela primeira vez, em plena liberdade, e fazer um balanço necessário, se não urgente, para se perceber como chegámos até aqui.

Joaquim Vieira, jornalista de formação desde 1974 e autor de diversos livros dedicados à análise do país contemporâneo, enumera o que de mais significativo aconteceu em democracia até hoje nas diversas áreas da vida pública nacional, assim como os principais protagonistas e as tendências que se foram desenhando.

Um livro fundamental para compreender as escolhas de um país na confluência de movimentos globais de polarização com sentimentos internos de desilusão e desesperança.



Penguin
Random House
Grupo Editorial

www.penguinlivros.pt

f editoraobjectiva
@ x penguinlivros

ISBN 9789897876547



9 789897 876547 >